

A DESVALORIZAÇÃO DO ELEMENTO EMPÍRICO E O ASPECTO LIVRESCO NA CONSTRUÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO MEDIEVAL OCIDENTAL

Fabício Pedroso Bauab¹ 

Destaques:

- Visão medieval ocidental: valorização do elemento textual em detrimento do empírico.
- O saber geográfico medieval ocidental era construído por referências textuais consagradas.
- Saber geográfico medieval: viés simbólico, vinculado às máximas religiosas da época.

Resumo: Trata, o presente artigo, de aspectos que consideramos fundamentais na construção do saber geográfico ao longo da Idade Média. Nele, abordamos basicamente dois aspectos que estão, em verdade, entrelaçados. De um lado, notamos uma irrestrita desvalorização da pesquisa empírica amparada, em parte, no privilégio dado ao criador em detrimento da inferioridade concedida às coisas criadas. Do outro, relacionado a esse primeiro aspecto, constatamos que houve um cenário em que a palavra escrita se fez caminho da verdade, e, isso foi feito sem o contrapeso da evidência empírica. Tal fato conduziu o saber geográfico à perda de seu realismo e de sua utilidade prática. Tal característica encontrou forte rebatimento, salientamos, na produção do conhecimento geográfico do período, alcançando navegadores como Colombo (1451-1506). Cabe mencionar que, ao final do artigo, o leitor encontrará uma discussão sobre o famoso mapa de Ebstorf, que serve como ponto de chegada e exemplificação das premissas anteriormente discutidas.

Palavras-chave: Idade Média; Deus; Empírico; Saber Livresco; Geografia.

THE EMPIRICAL ELEMENT DEPRECIATION AND THE BOOKISH ASPECT IN THE DEVELOPMENT OF THE GEOGRAPHIC MEDIEVAL WESTERN KNOWLEDGE

Abstract: The matter of this article is fundamental aspects on the construction of geographical knowledge during the Middle Ages. We approach basically two aspects, these are interconnected. On one hand, we noticed an unrestricted devaluation of empirical research, in a way protected, on the privilege given to the creator in the detriment of the inferiority to all things created. On the other, in association to the first aspect, it was disclosed that there was a scenario in which the written word had led the way of truth, and it was made without the counterweight of empirical evidence way. Such a fact conducted the geographical knowledge to lose its realism and practical utility. Such characteristics found great backlash, we stress, on the production of geographical knowledge of the mentioned age, reaching navigators like Columbus (1451-1506). It is worth mentioning that at the end of the article, the reader will find a

¹ Professor associado pelo Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão – PR. E-mail: fabriciobauab@yahoo.com.br

discussion regarding the well-known Ebstorf map, which stands as an arrival point and exemplification of the premises previously discussed.

Keywords: Middle Ages; God; empirical; bookish knowledge; Geography.

LA DEPRECIACIÓN DEL ELEMENTO EMPÍRICO Y EL ASPECTO LIBRESCO EN LA CONSTRUCCIÓN DEL SABER GEOGRÁFICO MEDIEVAL OCCIDENTAL

Resumen: El artículo que se presenta trata de aspectos que consideramos fundamentales en la construcción del saber geográfico a lo largo de la Edad Media. En el abordamos básicamente dos aspectos que están, en realidad, entrelazados. Por un lado, notamos una irrestricta devaluación de la investigación empírica amparada en gran parte, en el privilegio otorgado al creador en detrimento de la inferioridad concedida a las cosas creadas. De otro lado, relacionada a ese primero aspecto, hemos constatado que hubo un escenario en que la palabra escrita se hizo camino de la verdad y eso, fue hecho, sin el contrapeso de la evidencia empírica. Tal hecho ha conducido el saber geográfico a la pérdida de su realismo y de su utilidad práctica. Tal característica ha encontrado fuerte rebatimiento, subrayamos, en la producción del conocimiento geográfico del periodo, alcanzando a navegadores como Colombo (1451-1506). Importante hay que decir que al final del artículo, el lector encontrará una discusión sobre el famoso mapa de Ebstorf que sirve como punto de llegada y ejemplificación de las premisas anteriormente discutidas.

Palabras clave: Edad Media; Dios; Empírico; Saber Libresco; Geografía.

INTRODUÇÃO

O presente artigo encerra em si algumas dificuldades. Uma delas é a abrangência temporal da Idade Média que, de acordo com a historiografia oficial, seria constituída por aproximadamente dez séculos (do século V, Queda do Império Romano do Ocidente, ao século XV, Queda do Império Romano do Oriente)². Outro empecilho é o afã em se querer apurar o saber geográfico de um período que, em boa parte, pouco tendeu a tê-lo como um de seus focos de preocupação intelectual.

Nesta introdução, a título de ilustração, cabe mencionar dois aspectos que são fundamentais ao artigo que segue: o primeiro foi o impacto – explicitado, em boa dose, pelo pensamento agostiniano – da distinção criador-criatura, típica do cristianismo. Tal referido impacto, calcado pelo prevalectimento da ênfase na produção do conhecimento ao criador imaterial de

² A periodização da Idade Média que aqui adotamos é a mais usual, e toma os seguintes eventos históricos como referência: 476, queda do Império Romano do Ocidente, e 1452/1492, que implica na Queda do Império Romano do Oriente. Baschet (2006) traz várias outras periodizações possíveis para a Idade Média, sem negar a importância da tradicional que estamos usando. Cita Baschet (2006), o caso do eminente medievalista Jacques Le Goff, para quem a Idade Média terminaria só com o advento da Revolução Industrial.

tudo, levou a certa renúncia/desvalorização do saber empírico, tão fundamental à Geografia. O outro aspecto relaciona-se ao caráter livresco do saber da época. Durante boa parte do período, foram escritos livros e vastas enciclopédias cruzando-se referências textuais de autores tidos como autoridades pela Igreja Católica. Assim, manipulou-se, por séculos, a palavra escrita, havendo pouco espaço para a inovação e para o raciocínio indutivo.

Em decorrência disso, temos que as quase parcas informações geográficas existentes nos livros e enciclopédias do período foram reproduzidas, por séculos, sem a contrapartida do dado empírico atualizado. Disso será decorrente a dificuldade imanente a Cristóvão Colombo, por exemplo, em reconhecer a alteridade das terras que encontrou.

Cabe mencionar, ainda, que ao final trataremos do aspecto simbólico e religioso das imagens, com ênfase para a Cartografia do período e tomando por referência o Mapa de Ebstorf, já pertencente à Baixa Idade Média (sécs. XIII-XV, aproximadamente). No aludido mapa, encontrar-se-ão vários dos aspectos problematizados no decorrer deste artigo, além de outros.

Em termos metodológicos, trata-se, o presente artigo, de uma pesquisa bibliográfica, embasada, portanto, na seleção de obras que contribuíram para o desenvolvimento do tema. Assim, enfatizamos a busca por fontes primárias, que foram achadas a contento. As fontes secundárias constituíram-se em obras e autores notadamente relevantes, seja em análises contextuais, seja em análises individuais, de escritores importantes para a construção reflexiva e fundamentada em bases sólidas com as quais tentamos edificar nosso texto. É importante ressaltar que nosso recorte de pesquisa se deu em torno da relação do já aludido aspecto livresco do período com a Geografia. Outros recortes seriam possíveis como, por exemplo, a questão da importância da oralidade na época ou mesmo do maravilhoso e sua relevância no saber geográfico medieval ocidental. Optamos, todavia, pela ênfase no aspecto livresco estimulados por algumas leituras que realizamos, como por exemplo, a narrativa de Jean de Mandeville, ocorrida no século XIV - fonte primária -, e mesmo a de Le Goff (2016) – fonte secundária. É a permanência do tema aspecto livresco que nos permitiu alguns saltos históricos dentro do artigo. Aqui evocamos, a título de exemplo, o item relativo a Colombo que, já em pleno século XV, manteve-se fiel

à sua herança textual, negando a novidade pujante das paragens pelas quais passou.

Finalmente, com relação ao método de análise, cabe ressaltar que nos pautamos no materialismo histórico e dialético. Tal método, preconiza que a construção do conhecimento está vinculada às condições de produção e reprodução da vida material societária, em seus mais variados aspectos (ABBAGNANO, 2012). Assim, partimos do pressuposto de que as ideias são constituídas amalgamadas ao que ocorre na vida social e sua reprodução não ocorre de forma determinística, mas dialética.

A DISTINÇÃO CRIADOR-CRIAÇÃO E A DESVALORIZAÇÃO DO SABER EMPÍRICO

Não seria de modo algum falacioso afirmar que, comparada à Idade Moderna, a Idade Média Ocidental, no âmbito do conhecimento produzido no período nos meios oficiais hegemônicos, preconizou um recuo diante da interpretação da realidade empírica e da maneira indutiva de se produzir conhecimento. Tal constatação se deve a questões de ordem material, como o recuo inicial do comércio que acarretou um quase inexistente deslocamento espacial para além dos feudos. Soma-se a isso a separação, herdada da Antiguidade, entre trabalho teórico e prático. Essa separação, de acordo com Glacken (1996) e Gandillac (1995), fez-se presente, por exemplo, no distanciamento entre o debate intelectual estimulado/controlado pela Igreja Católica e as técnicas usadas na agricultura pelos servos. Nesse prisma, cabe uma referência a um dos pilares da filosofia cristã e principal nome da Patrística³. Estamos nos referindo a Santo Agostinho (354-430 d.C.), um dos maiores intelectuais cristãos de todos os tempos. Em sua obra *Confissões*, afirmou Santo Agostinho:

[...] Vejam que nenhum tempo pode existir sem a criação, e deixem essa linguagem oca. Que estendam também o pensamento por aquelas coisas que estão antes, e entendam que Vós sois, antes de todos os tempos, o eterno Criador de todos os tempos. Estes não podem ser coeternos convosco, nem

³ Movimento ocorrido na transição da Antiguidade para a Idade Média; teve seu ápice na figura de Santo Agostinho e que, filosoficamente, durante cerca de três séculos (até o século VII), se dedicou a elaborar, com mais requinte filosófico, o pensamento cristão e seus dogmas.

nenhumas outras criaturas [...] (SANTO AGOSTINHO, 1999, p. 339).

Do conteúdo citado, podemos concluir que clamava, o bispo de Hipona, para que o homem se religasse à causa eficiente, que coincide com o criador, que é aespacial e atemporal. Deus não está confinado à matéria, ao tempo, às massas empíricas, pois é encontrado no foro interior de cada um (SANTO AGOSTINHO, 1956).

A organização do mundo empírico ficou, assim, subordinada aos interesses espirituais concebidos sob a ótica cristã. Nesse cenário, deus é transcendental em relação ao espaço criado. Buscá-lo, glorificá-lo, deve ser feito conduzindo o sujeito/fiel para além das formas espaciais/materiais e temporais (BAUAB, 2012).

São Tomás de Aquino (1225-1274), no século XIII, em meio ao ambiente intelectual da Escolástica⁴ viria a amenizar um pouco tal ascetismo em relação ao mundo físico. Segundo Glacken (1996), em uma das cinco vias da existência de deus que expôs ao longo de sua *Suma Teológica* (1265-1273), chega, São Tomás, a usar a ordem e a harmonia da natureza em prol da evidência acerca da existência dele. O mundo físico ganha aqui certa relevância.

Assim, conforme aludem Boehner & Gilson (2012, p. 451), em São Tomás de Aquino “[...] a razão, como natureza criada por Deus, e a fé, como revelação do mesmo Deus, não podem se contradizer, visto procederem da mesma fonte de verdade”.

Na obra *Questio disputata de spiritualibus creturis* (*Questão disputada sobre as criaturas espirituais*), escrita entre 1267 e 1268, São Tomás de Aquino manteve a distinção de Aristóteles entre Ato e Potência para explicar a essência e o movimento dos seres. E é na aludida distinção que o santo baseia a diferença entre a perfeição do criador e a imperfeição das coisas criadas. Assim, segundo São Tomás de Aquino (2017, p.39) “[...] é manifesto, com efeito, que o primeiro

⁴ Movimento originário nas escolas monásticas cristãs e expandido para as nascentes universidades europeias. Sua periodização costuma abranger o período transcorrido entre os séculos IX e XVI sendo, grosso modo, sua principal característica a abertura de um diálogo entre a filosofia cristã e filosofia grega, essencialmente representada por Platão e Aristóteles. No caso de São Tomás de Aquino, houve um intenso debate com Aristóteles.

ente, que é Deus, é ato infinito, porquanto tem em si a plenitude do ser, não contraída a nenhuma natureza de gênero ou de espécie”.

Como único ser perfeito (ato infinito, puro), deus empresta aos seres variações dessa perfectibilidade. Imutável por ser o motor primordial da natureza, ele não se mistura com ela, muito menos se encerra nela. Transborda-a, infinitamente, dando ao mundo as aludidas variações de sua absoluta imutabilidade e essas se estabelecem desde o anjo mais perfeito à substância inorgânica mais elementar (BAUAB, 2020).

Cabe salientar que, como é sabido, São Tomás de Aquino adaptou o aristotelismo à crença cristã, negando ideias primordiais de Aristóteles, como as premissas da indivisibilidade do corpo e da alma e a da eternidade do mundo.

A seguir, servimo-nos de um quadro sinóptico (Quadro 1), para melhor guiar nossos leitores na reflexão proposta até o momento, e sua referência no quadro geral do artigo:

Quadro 1– Inter-relações do item “A distinção criador-criatura e a desvalorização do saber empírico”

Referência da relação com o texto	Relação
Com o todo	O prevailecimento do saber religioso e a crença em um deus que transcende o mundo que criou, constituem o alicerce de uma perspectiva de conhecimento que dava ao apelo dos sentidos e à realidade empírica um significado menor. Disso, decorreu um recrudescimento do saber geográfico com base na empiria.
Com o próximo item	A religiosidade que constituiu o pensamento medieval vai encontrar, em Isidoro de Sevilha, um bom exemplo, uma vez que o aludido padre tipificou a construção do saber medieval ocidental com uma base livresca, dando ênfase ao princípio da autoridade.

Fonte: O autor, 2021.

É nesse contexto de prevalência da religiosidade sobre o trabalho intelectual, que continuaremos destacando a seguir.

ISIDORO DE SEVILHA, A TRADIÇÃO DO SABER LIVRESCO E A GEOGRAFIA NA ALTA IDADE MÉDIA

Não existiram geógrafos propriamente ditos no início da era medieval ocidental ou daquilo que os historiadores chamam Alta Idade Média (século V até o século X, aproximadamente). No entanto, havia alguns poucos padres que, em algumas obras, se debruçaram sobre temáticas geográficas. É o caso de Isidoro de Sevilha (560-636) (KIMBLE, 2000).

Isidoro foi, como ressalta Ribémont (2013), um dos principais responsáveis pela solidificação e estabilização do cristianismo na Espanha. Canonizado em 1598, foi autor de uma obra singular: *Etymologia*, escrita no início do século VII. Tal obra é considerada por Lauand (2006) a pioneira das enciclopédias medievais, estando disposta em 20 livros, sendo dois de seus volumes, o décimo terceiro e o décimo quarto, relevantes em termos de informação geográfica (KIMBLE, 2000).

Há, nesses volumes, uma característica que permeou boa parte dos autores do período: a manipulação da palavra escrita. Kimble (2000) ressalta que, ao longo dos dois volumes citados da obra de Isidoro, trechos inteiros foram retirados de fontes pagãs sem que houvesse indicações de autoria. O referido autor salienta que na *Etymologia*, os habitantes da Etiópia foram descritos com as mesmas palavras com que Solinus descreveu os indianos no século IV em sua *Collectanea rerum memorabilium*. A questão da manipulação da palavra escrita torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com o fato de que Solinus manipulou trechos da *História Natural* de Plínio (23 d. C-79 d.C) que, por sua vez, retirou parte de sua descrição do mundo de Megasthenes (350-290 a.C.) (BAUAB, 2012). Eco (2014) ressalta que o formato enciclopédico se caracterizava pela estrutura cumulativa pautada nas fontes a que tinham acesso escritores como Isidoro de Sevilha. Lauand (2006), por seu turno, é claro ao se referir à *Etymologia* como uma enciclopédia desprovida de qualquer intento inovador.

É de se notar, portanto, que a coleta empírica de dados, não era levada em conta na estática sociedade medieval ocidental.

O conteúdo do espaço era determinado pelo conteúdo dos textos consagrados pelo alto clero. Assim, fazia-se a leitura do mundo, sua exegese rigorosa que excluía qualquer resquício de uma alteridade outra. Tal característica torna-se mais emblemática ainda quando nos atemos ao significado da *Etymologia* de Isidoro de Sevilha: seu ‘etimologismo’ se deu, segundo Ribémont (2013, p.64), “[...] dentro da perspectiva platônica para a qual a palavra define a coisa que ela designa”. Isso pode ser visto também no que se refere aos números.

Encontramos em uma parte da obra mestra (*Etymologia*) de Isidoro, chamada *De Mathematica*, que compõe parte de seu Livro III (Matemática – Aritmética, Geometria, Música e Astronomia), o seguinte comentário do padre (SEVILHA, 2006, p. 66): “Assim, o seis, que é um número perfeito – a soma de suas partes o perfaz – evidencia a perfeição (dos seis dias) da criação do mundo.”. A correta interpretação do significado dos números grafados nos livros também compunha a exegese livresca isidoriana.

Franco Jr. (2010, p.96) ressalta, nesse contexto, que a *Etymologia* de Isidoro de Sevilha, sintetizava “[...] duas práticas culturais anteriores, a helenística, que via laços causais entre as coisas e seus nomes, e a exegese bíblica de inspiração estoico-platônica, que encontrava em todo nome a essência metafísica da coisa designada”. Seguindo esse raciocínio, Franco Jr (2010) ainda salienta que a observação da natureza não estava, nesse cenário, em busca das regulares leis naturais. Assim, como destaca Le Goff (2016, p.91): o intelectual “[...] Não tem como instrumentos mais do que seu espírito, mas também seus livros, que são sua ferramenta de operário”.

Percebemos na citação anterior algo bem importante. O trabalho do intelectual se encaminha para uma perspectiva criadora no espaço circunscrito de um livro. Nesse aspecto, a manipulação feita por Isidoro de Sevilha em relação ao autor Solinus, mencionada por nós, pode ganhar o ensejo de uma atividade criadora/criativa.

Assim, não seria um descompasso afirmar que a grafia da escrita se sobrepunha à grafia da Terra. Na perspectiva de Isidoro e, talvez, de boa parte dos intelectuais do Ocidente medieval, o conteúdo de alguns seletos livros

resguardava em si o significado dos elementos que constituíam o espaço. E tais elementos eram prenes de um simbolismo cristão.

Mesmo tendo caído em desuso, principalmente na Alta Idade Média (BOORSTIN, 1989), o termo geografia pode ser associado a obras de alguns padres escritores, à maneira de Isidoro.

Entre eles, podemos considerar o espanhol Orosius (Orosio), que no século V escreveu sua *Historia Adversum Paganos*, baseando-se, parcialmente, nas palavras de Estrabão (Séc. I d.C). Tal obra, de acordo com Kimble (2000), possui um bom retrato do mundo de sua época apoiado, em parte, na *Geografia* do mencionado Estrabão (BAUAB, 2005). Nela, na *Historia Adversum Paganos*, as predeterminações religiosas são bem claras. Observamos isso nas palavras de Orosius (p.5, 2010):

En mi opinión han sido reunidas suficientes pruebas para que [...] se haga evidente al público que aquel único y verdadero Dios que la fe Cristiana predica, plasmo el mundo y a sus criaturas quando quiso. Que Él estableció la orden en su creación, por diversos actos, aunque que en muchos de ellos no si lo reconoció, y la consolido con un solo fin, cuando se manifesto por un único acontecimiento y al mismo tiempo demonstro su poder y su paciencia en diversas formas.⁵

Como pode ser deduzido da citação de Orosius, deus antecede toda a criação, sendo ativo na geração individual de cada ser, plasmando-o com o todo. Nessa perspectiva, ele é a força premente que antecede o mundo empírico. Assim, escrevendo sua *Historia Adversum Paganos*, no intuito de defender o cristianismo de outras perspectivas religiosas, deus ganha o atributo da superioridade diante dos entes empíricos e primeiramente é para ele que devemos nos voltar.

O mesmo tipo de horizonte de conhecimento pode ser encontrado em Cosmas Indicopleustes que, no século VI, negou todas as fontes pagãs, tomando a *Bíblia* como referência primordial ao longo de sua *Topografia Cristã* (KIMBLE, 2000). Acosta (1993) destaca a oposição de Cosmas acerca da

⁵ “Em minha opinião tem sido reunidos provas suficientes para que [...] se faça evidente ao público que aquele único e verdadeiro Deus que a fé Cristã predica, plasmou o mundo e suas criaturas quando quis. Que Ele estabeleceu a ordem de sua criação, por diversos atos ainda que muitos deles não se reconheceu, e lhe consolidou com um só fim, quando se manifestou por um único acontecimento e ao mesmo tempo demonstrou seu poder e sua paciência em diversas formas.” (Tradução nossa).

redondeza da Terra. Tal ideia lhe soa, segundo Acosta (1993, p.57) “[...] uma absurda y anticristiana hipótesis”⁶.

Beda (672-735), padre britânico, escreveu uma obra intitulada *Geografia Física*, quase que totalmente baseada em Isidoro de Sevilha (LE GOFF, 2013), o que implica diretamente em pouca inovação, apesar do mérito de usar a quase eclipsada palavra *geografia*.

Assim, as palavras, seguindo o raciocínio da *Etymologia* de Isidoro de Sevilha, restituem vida a conteúdos adormecidos e o mundo deve corresponder, assim, aos *a prioris* religiosos.

Nesse sentido, o espaço é tecido pelo cruzamento de textos que impõem camadas de conteúdos à grafia do mundo.

O raciocínio geral desse tópico em sua relação com o todo, bem como suas derivações com o próximo item, encontra-se sintetizado, a seguir, no Quadro 2:

Quadro 2– Inter-relações do item “Isidoro de Sevilha, a tradição do saber livresco e a geografia na alta Idade Média”

Referência da relação com o texto	Relação
Com o todo	Isidoro de Sevilha é um tema relevante em nosso artigo, pois suas obras tipificaram um modelo de construção intelectual do período: o intercruzamento de diferentes fontes era a base da criação literária. Os demais autores que tratamos no presente item seguem essa característica;
Com o próximo item	A manipulação do conteúdo de outros autores para a criação de novas obras foi um aspecto comum tanto em Isidoro de Sevilha quanto em Jean de Mandeville, mesmo com a distância temporal existente entre eles. A crença no lendário reino de Preste João, com base em uma carta de autoria desconhecida, confirma a relevância da palavra escrita para o período.

Fonte: O autor, 2021.

Iniciemos o próximo item.

⁶ “[...] uma absurda hipótese anti-cristã”. (Tradução nossa).

O REINO DE PRESTE JOÃO E O RELATO DE VIAGEM DE JEAN DE MANDEVILLE: O ASPECTO LIVRESCO NA GEOGRAFIA ENTRE O FINAL DA ALTA IDADE MÉDIA E O INÍCIO DA BAIXA IDADE MÉDIA

Século XII. Uma carta apócrifa circula entre os principais centros políticos da época. Nela, narra-se a existência de um reino cristão na Ásia, próximo do Paraíso e regido harmoniosamente por um tal Preste João (CARVALHO, 1994). A narrativa versa sobre uma opulência material que acompanha uma retidão moral rigidamente cristã. Sobre a circulação da carta, ou das cartas, Le Goff (2013, p. 385) assim relatou:

Esse Padre João só é conhecido pelas cartas que circularam na cristandade a partir do século XII e que conheceram várias versões. A mais antiga alusão encontra-se na crônica do bispo Oto de Freising [...] redigida em 1156-1157. Depois de 1165 [...] espalha-se pela cristandade uma série de cartas. Dentre as quais emergem quatro: uma dirigida ao imperador Manuel Comneno (1143-1180), outra ao papa Eugênio III (1145-1153), uma terceira ao Imperador Frederico Barba Ruiva (1152-1190) e [...] a um rei da França cujo nome se ignora.

Surpreendida pelo conteúdo da carta de Preste João, a Cristandade logo se viu na tentativa de encontrar concretamente tão suntuoso e sacro reino, sendo um dos motivos da busca do “Reino de Preste João” a necessidade de conseguir aliados nas recentemente iniciadas Cruzadas. Outro motivo para se encontrar o referido reino é o fato, de acordo com Franco Jr. (2010, p. 153), de que a carta “[...] expressava esperança – interpretada literalmente por muitos, simbolicamente por alguns – na existência de um reino terrestre perfeito”. A seguinte passagem da carta aborda certa superioridade moral existente no aludido reino, fato esse que chamou a atenção de seus leitores. “Entre nós não existem pobres. Não existe [...] nem roubo nem rapina, nem o adulator ou o avaro tem aqui lugar” (CARTA DO PRESTE JOÃO DAS ÍNDIAS, 1998, p.12). Nesse sentido, Franco Jr. (2010) transpõe para o reino em questão a palavra utopia, criada apenas séculos depois por Thomas Morus (1478-1535). E utopia⁷ significa não-lugar. Lugar que concretamente não existe. Assim, tateando o

⁷ Cabe mencionar que, por motivos de foco e espaço, não abordaremos a utopia/lugar maravilhoso da Cocanha, país da abundância e liberdade, cuja “existência” foi deflagrada a partir do século XIII, através da cultura popular.

mundo com os olhos enfunados pelos conteúdos textuais, os líderes dos diversos reinos medievais logo organizaram comitivas, ou mesmo peregrinações, em busca desse não-lugar. Entretanto, um autor consagrado do século XIV atestou a existência de tão pretendido reino. Estamos falando de Jean de Mandeville (1300-1371).

Cabe ressaltar que Jean de Mandeville foi um autor muito referenciado por navegantes do século XV e até do século XVI (BAUAB, 2012). Sua influência, segundo Megasich-Aitola & De Beer (2000), pode ser medida pelo fato de terem chegado à atualidade cerca de 250 edições manuscritas originais, além de 180 edições em dez línguas diferentes.

Para nós, o aspecto mais salutar de Jean de Mandeville para nosso artigo é o mesmo que salientamos em relação ao já longínquo no tempo, Isidoro de Sevilha: a construção de seu texto, *Tratado das coisas mais maravilhosas e notáveis que existem no mundo*, mediante o cruzamento de conteúdos textuais de outros autores, como o próprio enciclopedista Isidoro, o antigo Solinus, o romano Plínio e o recente peregrino Odorico de Pordenone (1286-1331).

A obra citada foi narrada na primeira pessoa do singular com o intuito de reforçar a pretensa experiência pessoal do autor (BAUAB, 2012), que teria viajado pela Turquia, Armênia, Pérsia, Síria, Arábia, Egito, Líbia, Caldeia, Etiópia, Índia e, também, pelo recém citado utópico Reino de Preste João, reino como vimos', imaginário, o que é um forte indício da não viagem de Jean de Mandeville. A seguir relataremos um pouco da abordagem de tal reino.

Em meio a toda ordem de seres monstruosos que habitavam a maravilhosa geografia do reino recém citado de Preste João – estamos nos referindo a seres acéfalos, blêmios, ciápodas, grifos entre outros tão comuns, por exemplo, na obra de Solinus – há narrativas que atestavam a veracidade inequívoca acerca da existência de tal reino. “O Preste João quando vai lutar contra algum outro senhor [...]” conta com “[...] soldados a cavalo e mais de cem mil soldados a pé” (MANDEVILLE, 2007, p.232).

Sobre a aludida geografia maravilhosa, a seguinte passagem atesta a existência de uma realidade avessa ao comumente encontrado no mundo cristão.

Em seus domínios existem muitas maravilhas, entre elas o Mar Arenoso, formado de areia e gravela, sem uma gota de água [...]. A três jornadas de distância desse mar, há umas grandes montanhas, das quais sai um grande rio que vem do Paraíso. Está cheio de pedras preciosas [...]”. (MANDEVILLE, 2007, p. 255).

A autoridade da palavra, do texto, como procuramos demonstrar ao longo do presente artigo, foi comum desde a Alta Idade Média, escancarando-se em Jean de Mandeville, no relato pretensamente real sobre o reino de Preste João. A contrapartida empírica não estava, conforme temos salientado, posta como condição para o conhecimento. Dito isso, cabe salientar que muitos navegadores do início do chamado período das Grandes Navegações tiveram narrativas como essa de Jean de Mandeville, cravadas em sua visão de mundo. Assim, num cenário que mais reproduziu séculos de mais do mesmo, Kimble (2000), ressalta que a Geografia do século XIV em pouco se difere da do século VIII, e se manteve praticamente inalterada até a época de Colombo.

Temos afirmado ao longo das páginas deste artigo que, sendo textual, com cruzamento de informações de obras consagradas, incluindo as da Antiguidade como as de Plínio e Solinus, o conhecimento geográfico medieval, produzido pelos intelectuais do período, era desatualizado. Ou seja, transcrição de transcrição muitas vezes, atendo-se, basicamente, a dois aspectos vitais para a sua estruturação: a) o ascetismo dos primeiros padres, que privilegiavam os aspectos transcendentais da fé cristã, separando criador e criação, minimizando, o conhecimento da realidade material criada; b) a pouca mobilidade espacial de parte do período, o que acarretou certo desconhecimento empírico da realidade e favoreceu o trabalho de manutenção do que se sabia ou se acreditava saber.

Para sistematizar as relações que temos explicado até o momento, transcrevemo-las em um quadro síntese (Quadro 3), que pode ser visto a seguir:

Quadro 3– Inter-relações do item “O reino de Preste João e o relato de viagem de Jean de Mandeville: o aspecto livresco na Geografia entre o final da Alta Idade Média e o início da Baixa Idade Média”

Referência da relação com o texto	Relação
Com o todo	Jean de Mandeville escreveu seu relato de viagem cruzando referências textuais, traço comum nos autores vistos até aqui. Destacamos a descrição do lendário reino de Preste João.
Com o próximo item	Colombo, não crendo na possibilidade do novo, leu as paragens encontradas em suas navegações. Tal “leitura” deu-se com base em autores que vimos até aqui, como Jean de Mandeville e Isidoro de Sevilha.

Fonte: O autor, 2021.

Veremos, a seguir, como o conhecimento do mundo com base em elementos textuais caracterizou o contato de Cristóvão Colombo com o “Novo Mundo”.

COLOMBO E A “LEITURA” DO NOVO MUNDO

Trataremos, no presente item, do conflito entre o visto e o lido derivado da epopeia colombiana no século XV. Tal salto histórico justifica-se pelo fato de Cristóvão Colombo (1451-1506), mesmo diante do encontro com paragens inéditas para o Velho Mundo, projetar para a gritante novidade, a expectativa livresca de seu horizonte intelectual. Assim, podemos aproximar o almirante genovês, respeitando a complexidade inerente às consequências oriundas de suas viagens, ao pensamento medieval ocidental que estamos abordando. Às suas fontes literárias há, entretanto, um sopro de atualidades trazidas à tona por Marco Polo (1254-1324), que também teve as novidades de seu relato transpostas para o que viria a ser intitulada de América (BAUAB, 2005).

Não seria incorreto afirmar, assim, que a principal fonte de estímulos para que Colombo almejasse chegar às Índias ou à Ásia foi o comerciante Marco Polo, que havia ficado entre 1271 e 1295 no referido continente, especialmente na China, além de ter conhecido outros países orientais (RACINE, 2013).

Assim, quando desembarcaram em terra, era na Ásia que Colombo e sua tripulação criam/almejavam estar.

Na primeira viagem, entre as quatro que empreendeu, não demorou a encontrar indícios da Ásia narrada por Marco Polo, ressaltando em seu diário que avistara minas de ouro, pérolas, à maneira do que descreveu Marco Polo (BAUAB, 2005).

Nas imediações da ilha de Cuba, Colombo escreveu (1991, p.62-3): “[...] achou aqui – nozes iguais às da Índia [...] e enormes ratões, também como os da Índia, e caranguejos imensos”.

Nesse cenário, por mais que Colombo sentisse certo estranhamento do encontrado em relação ao conhecimento livresco que estruturava seu saber, podemos afirmar que ele lia a empiria encontrada (BAUAB, 2005; 2012).

Talvez seria muito pedir ao almirante genovês que reconhecesse a alteridade daquela porção de mundo desvelada, para os ocidentais, por ele. Chauí (1998) chama Colombo de exegeta, realizador de uma hermenêutica de um mundo já existente nas obras das autoridades do passado. Nessa perspectiva, as novas terras já existiam como texto de um imenso livro, talvez uma enciclopédia à maneira de Isidoro de Sevilha (BAUAB, 2005). Todorov (1996, p.18), afirma que: “Colombo não tem nada de um empirista moderno: o argumento decisivo é o argumento da autoridade, não o da experiência”.

Uma característica que Franco Jr (2010) identificou como basilar do pensamento medieval é bem perceptível em Colombo: a do pensamento analógico. Toda novidade cai por terra por não ter sua singularidade efetivamente reconhecida. Colombo (1991) classifica as plantas inspirado num já distante Plínio (BAUAB, 2005). Por semelhança e analogia, reprime qualquer possibilidade de ineditismo vegetal. Conforme Holanda (1969), não só Colombo, mas os espanhóis que o acompanhavam, ao sentirem um cheiro semelhante ao da canela, tratam de, por analogia à planta conhecida, aproximar o encontrado à especiaria.

Cristóvão Colombo morreu em 1506 crendo ter chegado à Ásia, às ricas terras descritas por Marco Polo. Morreu com o peso das autoridades medievais em seus ombros, envelhecendo o novo saltante das paragens encontradas com os relatos que legou após as quatro viagens que empreendeu.

A seguir, para melhor ilustrar a reflexão feita neste tópico, trazemos o Quadro 4, que sintetiza as relações e significados abordados em sua relação com o artigo com o todo e com o próximo item:

Quadro 4– Inter-relações do item “Colombo e a ‘leitura’ do Novo Mundo”

Referência da relação com o texto	Relação
Com o todo	O olhar que Colombo lançou sobre as novas paragens foi enfunado pelo que ele havia lido, não havendo lugar para o inédito. Assim, sua exegese da América se pautou nas mesmas referências livrescas já citadas até aqui.
Com o próximo item	As mesmas perspectivas que formavam o horizonte de visão colombiano foram grafadas nos mapas do Ocidente Medieval. O paraíso, o mundo tripartido, entre outros aspectos, constituíram a Cartografia do período.

Fonte: O autor, 2021.

Na sequência, visando clarificar e ampliar o que até agora foi problematizado, trataremos sobre uma peça fundamental para a Cartografia do Ocidente Medieval, enfatizando uma de suas mais magníficas produções. Cabe salientar que a aludida peça serve, no texto, como uma espécie de confluência em que se detém vários dos argumentos feitos até aqui.

O MAPA DE EBSTORF E A RATIFICAÇÃO (CARTO) GRÁFICA DAS MÁXIMAS DA FÉ CRISTÃ

Não poderíamos terminar esse artigo sem discutir, ainda que parcialmente, a rica produção cartográfica do período, que trouxe consigo as características essenciais do saber geográfico e da interpretação espacial elucidadas por nós até aqui. Para tanto, selecionamos a interpretação de um mapa que em si engendra características de boa parte da cartografia medieval. Referimo-nos ao conhecido mapa-múndi de Ebstorf, criação provável de Gervásio de Tilbury (1140-1230) e que já adentra o início da Baixa Idade Média.

O mapa (Fig.1), conforme ressalta Ribeiro (2007), foi oriundo de uma ampliação de outra carta que acompanhava um manuscrito de Tilbury, chamado *Otia Imperiala*. O referido manuscrito visava, primeiramente, informar e entreter príncipes, se atendo muito ao maravilhoso medieval e teve muito

sucesso na época, sendo que isso pode ser atestado pela existência, nos dias de hoje, de 30 versões originais (RIBEIRO, 2007).

Figura 1– Reprodução do Mapa de Ebstorf



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/832954893551458604/>.
Acesso em: 20 de junho de 2020.

Estampado na abadia do convento de Ebstorf, na primeira metade do século XIII, em 30 folhas de pergaminho (com cerca de 3,5m de diâmetro), o mapa intercala legendas e imagens, palavras e desenhos, além de expor o uso de cerca de 16 matizes de cor, tudo isso permitido por sua monumental dimensão.

Tal mapa, apesar de um pouco atípico por sua grandiosidade, mantém aspectos típicos da cartografia medieval, tais quais: a) a desconexão espaço-temporal, pois nem o espaço apresentado possui veracidade geográfica, nem os elementos representados possuem uma atualidade histórica; b) o aspecto simbólico da imagem que, preñe de elementos religiosos, tende a estimular no observador as máximas da fé cristã; c) a manutenção, ainda que não absoluta, de uma estrutura TO, advinda de um longínquo Isidoro de Sevilha, o provável criador desse tipo de representação cartográfica.

Assim, é notável, no mapa, que ele foi feito sobre o corpo de Cristo, ficando apenas visíveis a cabeça (leste), as mãos (norte-sul) e os pés (oeste)

(DREYER-EIMBCKE, 1992), que podem ser mais bem visualizadas na Figura 5, onde os localizamos por retângulos azuis.

A partir do topo (Ásia), conta a história do mundo pelo prisma cristão, no sentido anti-horário (RIBEIRO, 2007).

Voltamos a insistir. O mapa de Ebstorf tem por característica principal o fato de desarticular espaço e tempo. Dentro de sua imprecisão espacial, abrange eventos históricos questionáveis, míticos e voltados para as verdades da fé cristã, constituindo-se valoroso do ponto de vista simbólico-religioso. Nessa perspectiva, o mundo é um discurso de Deus (ECO, 2014), cabendo ao homem, ou ao inventor de imagens como é o caso provável de Gervásio de Tilbury, representar signos que fazem o observador se transportar para o prelúdio invisível que dá sentido às coisas.

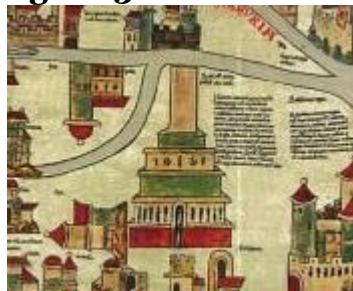
Nesse prisma, temos, na carta em questão, Jerusalém no centro do mundo, umbigo sagrado e local nascedouro de tudo (Figura 2). Próximo de Jerusalém está Babel (Figura 3), além do farol de Alexandria (DREYER-EIMBCKE, 1992). A cidade destruída de Cartago aparece vívida na carta, além da Arca de Noé (Figura 4), vista do lado esquerdo, encravada no monte Ararat.

Figura 2– A cidade de Jerusalém



Fonte: Recorte da Figura 1.

Figura 3– Torre de Babel



Fonte: Recorte da Figura 1.

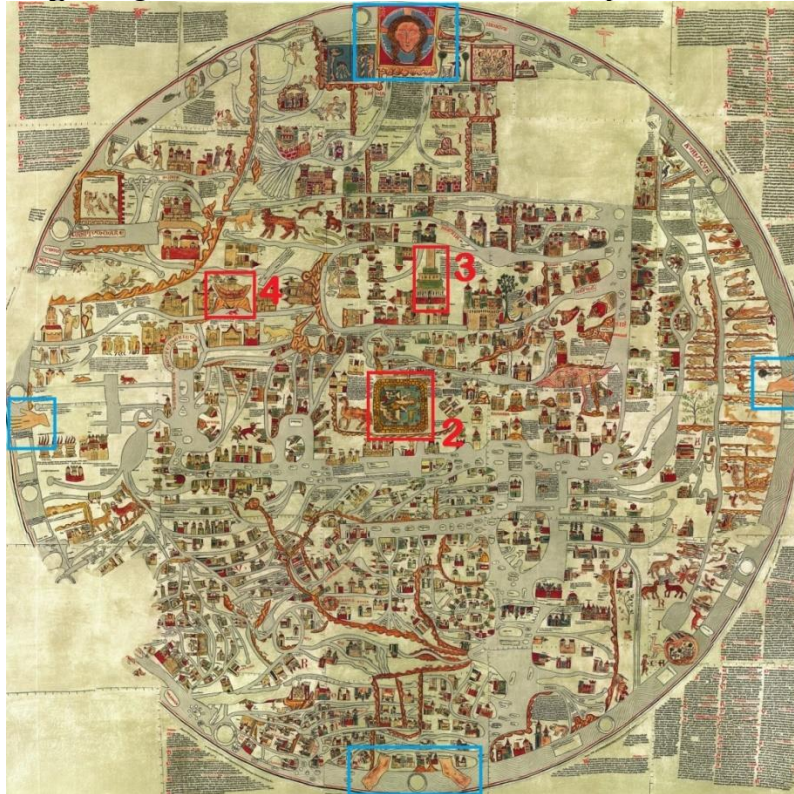
Figura 4– Arca de Noé



Fonte: Recorte da Figura 1.

Referenciamos os presentes recortes (retângulos vermelhos numerados), juntamente com a figura de Cristo e seus membros (retângulos azuis), na Figura 5, a seguir:

Figura 5– Referências localizadas no mapa de Ebstorf



Fonte: Figura 1, modificada pelo autor, 2021.

Comentamos, alguns parágrafos antes, que o pertencimento do Mapa de Ebstorf ao grupo dos chamados mapas TO's se deu de forma não totalmente absoluta. Há nele mais elementos que, em profusão, preenchem sua magnitude com mais informação e riqueza de detalhes. Comparativamente aos mapas TO's convencionais, que eram bem simples, o famoso Mapa de Ebstorf abriga, em seu

tamanho assombrador, um diálogo entre texto e imagem que recria a teodiceia cristã no mundo, ou seja, algo que transcenderia em relevância a mera ilustração do presente ou de um tempo laicizado. Crosby (1999, p. 39) segue tal raciocínio afirmando que, de uma forma geral, na Idade Média: “O tempo, excetuada a extensão da vida individual, era visto não como uma linha reta, dividida em quantidades iguais, mas como um palco para a encenação do maior de todos os dramas – a Salvação versus a Maldição”. Tal palco, de que fala o autor, é ilustrado na temporalidade emanada pela espacialização de eventos cristãos no mapa Ebstorf.

Além do que foi até aqui dissertado cabe mencionar, com base em Eco (2014), que o elemento estético medieval se afigura como símbolo e alegoria de uma outra realidade. Dessa maneira, acrescentamos que a experiência estética proporcionada pelo Mapa de Ebstorf ultrapassa o intuito ilustrativo-alegórico dos mapas TO's convencionais, bem mais simples em sua aparência e tamanho e, por isso, menos impactantes e informativos.

Por fim, cabe ressaltar, em relação ao Mapa de Ebstorf, que sua realização se deu em um momento em que a Cartografia ocidental voltava a demandar realismo em suas produções. Isso se deu no que se refere à retomada do comércio com o Oriente via Mar Mediterrâneo. E é a partir dessa retomada que surgiu a Carta Portulano, ainda dentro da Baixa Idade Média.

De acordo com Santos (2002), essa nova modalidade de representação cartográfica pautava-se em uma necessidade prática da então emergente burguesia comercial. Tal nova representação, segundo Santos (2002), utiliza critérios geométrico-matemáticos e, mediante o uso de retas, que formariam triangulações e quadriláteros, conseguia uma localização toponímica precisa para viagens de curta duração e não tão longe das costas (BAUAB, 2005).

Trata-se, a confecção e o uso de tais mapas, da irrupção processual de novos tempos, que sem aniquilar de pronto os aspectos medievais que abordamos, criaria, ainda que heterogeneamente no espaço e no tempo, uma série de novidades. Trata-se da origem da Modernidade, que já dava os primeiros passos rumo à sua alvorada.

Por fim, trazemos o Quadro 5, que pontua as relações abordadas em nosso tópico sobre os elementos da cartografia medieval e do Mapa de Ebstorf:

Quadro 5– Inter-relações e descrição da síntese do item “O Mapa de Ebstorf e a ratificação (carto) gráfica das máximas da fé cristã”

Relação ou síntese	Descrição
Síntese do Item	O Mapa de Ebstorf sintetiza bem o conteúdo do presente artigo. Grafados em seu impactante tamanho temos eventos bíblicos decorrendo sobre o corpo de Cristo.
Relação do item com o todo	O Mapa de Ebstorf traz para o aspecto imagético os principais aspectos destacados em nosso artigo como, por exemplo, a pouca preocupação com a atualidade empírica de tudo o que é representado em seu interior.

Fonte: O autor, 2021.

Sigamos para a finalização do presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que escrevemos até aqui, nos conduz rumo a pequenas conclusões que se entrelaçam. Num primeiro plano, temos, claramente, uma resignificação do conhecimento empírico ou, pelo menos, sua queda de importância, constituindo uma singular relação entre o visto e o lido. Lembremos a *Etymologia* de Isidoro de Sevilha, no século VII, destacando a antecedência da palavra frente ao objeto que ela designa.

Assim, dada a situação de isolamento e a pouca mobilidade comuns ao modo de produção feudal, principalmente na Alta Idade Média, a coleção e a manutenção de obras clássicas, tidas como autoridades inequívocas, tornaram-se fonte e critério para a admissão do conhecimento. Aqui, o princípio da autoridade postava-se inquestionável, mesmo no pôr-se a narrar sobre os conteúdos do mundo e a temporalidade dos eventos.

Ponderamos, também, sobre o papel da imagem. Se a pintura medieval sobrepunha ao pouco realismo das formas, os aspectos alegóricos e simbólicos da fé, o mesmo aconteceu com os mapas que, assim, perdem sua ascendência sobre a locomoção segura. Como símbolos, querem induzir o intérprete a uma realidade outra, imaterial. O Mapa de Ebstorf, com o qual finalizamos o artigo, é um claro exemplo disso.

Cabe enlaçar aqui o simbolismo e a alegoria das imagens mais o aspecto livresco do período – e nesse quesito incluímos a forma de produção do saber

geográfico – à pouca valorização do elemento empírico. Encontramos isso, também, de forma explícita, logo no início da Idade Média, na figura de Santo Agostinho. Nele, a Criação seria uma materialidade oriunda da imaterialidade determinante do Criador. Assim, era para Deus que deveríamos nos voltar, não para os elementos empíricos tornados menos relevantes. Isso, no horizonte intelectual do período, esvaziaria o saber geográfico de seu realismo.

Por fim, cabe mencionar que estamos longe de querer esgotar o assunto trabalhado no presente artigo. Em nosso entendimento, estamos apenas problematizando e tateando o início de um vasto campo do saber histórico e epistemológico da Geografia, que tem muito ainda a ser abordado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ACOSTA, Wladimir. **Viajeros y maravillas**. Caracas: Monte Avila Editores, 1993. (três tomos)

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BAUAB, Fabrício Pedroso. (Re) significações do empírico no decorrer da história do conhecimento geográfico: um diálogo em três momentos. In.: **Rev. Boletim Geográfico**. Maringá-Pr, v.38, n.1, 2020, p.73-90. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/42887>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BAUAB, Fabrício Pedroso. **Do conhecimento geográfico medieval à Geografia Geral de Varenius: uma contribuição ao estudo da história e da epistemologia da Geografia**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2012.

BAUAB, Fabrício Pedroso. **Da Geografia medieval às origens da Geografia Moderna: contrastes entre diferentes noções de natureza, espaço e tempo**. 2005, 301f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

BOEHNER, Philotheus & GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOORSTIN, Daniel J. **Os descobridores – de como o homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

CARTA DO PRESTE JOÃO DAS ÍNDIAS-versões medievais latinas. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia e utopias medievais. In: **Semina: Ci.Soc./Hum.**, Londrina, v.15, n.3, set. 1994, p.223-238.

CHAUÍ, Marilena. Profecias e tempo do fim. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Col. Brasil 500 anos)

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

CROSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade: quantificação e sociedade ocidental 1250-1600**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. **O descobrimento da Terra: história e histórias da cartografia da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1992.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FRANCO JR., Hilário. **Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval**. São Paulo: Edusp, 2010.

GANDILLAC, Maurice. **Gêneses da Modernidade**. Trad. Lúcia Cláudia Leão & Marília Pessoa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GLACKEN, Clarence. **Huellas en la playa de Rodas: naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII**. Barcelona: Ediciones del Serbal, S.A, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1969.

KIMBLE, George. **A Geografia na Idade Média**. Londrina- PR: Eduel, 2000.

LAUAND, Jean. Estudo introdutório. In: SEVILHA, Isidoro de. **De Mathematica**. São Paulo: ESDC, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

LE GOFF, Jacques. O padre João. In: LE GOFF, Jaques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013, p.384-386.

LE GOFF, Jacques. Beda. In: LE GOFF, Jaques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013, p.72-74.

MANDEVILLE, Jean de. **Viagens de Jean de Mandeville**. São Paulo: Edusc, 2007.

MAGASICH-AIROLLA, Jorge; DEE BEER, Jean-Marc. **América mágica**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OROSIO, Paulo. **El libro séptimo de las Historia contra paganos**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

RACINE, Pierre. Marco Polo. In: LE GOFF, Jaques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 273-278.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre a fonte e o objeto: o estatuto da imagem na história e na história da arte. In: Rev. Textos de História. Brasília, vol 15.n.1/2, 2007. p. 81-92. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27984>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RIBÉMONT, Bernard. Isidoro de Sevilha. In: LE GOFF, Jaques (Org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 63-65.

SANTO AGOSTINHO. **De Magistro**. Porto Alegre: Publicações do Instituto de Filosofia do da Universidade Rio Grande do Sul, 1956.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores)

SÃO TOMÁS DE AQUINO. **Questão disputada sobre as criaturas espirituais**. São Paulo: Realizações, 2017.

SEVILHA, Isidoro de. **De Mathematica**. São Paulo: ESDC, 2006.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**- diálogos em torno da construção de uma categoria. São Paulo: Ed. Unesp. 2002.

TODOROV, Izvelan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Recebido em 05 de Janeiro de 2021

Aceito em 22 de Junho de 2021